7º Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) - "Rumo à multipolaridade? Tensões, alianças e o lugar do Brasil na ordem global"
7 a 9 de agosto de 2024, Porto Alegre
Economia Política Internacional

# A ASCENSÃO CHINESA NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA: UMA ANÁLISE DOS PLANOS QUINQUENAIS E DOS RELATÓRIOS DO CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA

Ester Gruppelli Kurz (Universidade Federal de Pelotas)

**Resumo expandido**

Até o século XVIII, a China evitava contato com a economia-mundo capitalista, mas nos dois séculos seguintes o país tornou-se parte de conquistas imperialistas. Mas a China do final do século XX demonstrou almejar “um engajamento externo diverso” (Barbosa, 2021, p. 34). Por isso, o trabalho a seguir tem como questão norteadora a seguinte pergunta: como se deu a evolução da política externa chinesa a partir das políticas de reforma e abertura de 1978? Assim, tem-se como objetivo principal verificar quais as principais diretrizes da política externa chinesa. Os objetivos específicos são analisar as mudanças na política externa chinesa e investigar as iniciativas diplomáticas e econômicas lançadas pela China para expandir sua influência global e promover seus interesses nacionais. Para alcançar tais objetivos, além da revisão bibliográfica, será feita uma análise de conteúdo dos Planos Quinquenais, que traçam as metas do governo chinês, e Relatórios do Congresso do Partido Comunista da China. Os documentos analisados serão aqueles lançados após o ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), um marco na ascensão e inserção chinesa na economia internacional.

Antes da década de 1970 a postura chinesa no cenário internacional era bastante agressiva. A China adotava um discurso bastante cético com relação às negociações entre Estados Unidos (EUA) e União Soviética sobre o controle de armamentos, às instituições de Bretton Woods e à ONU, argumentando que estas seriam ferramentas imperialistas que serviam ao propósito de controlar o Sistema Internacional. Ao mesmo tempo em que adotava tal postura, também buscava reconhecimento como uma grande potência. Por isso em 1971 substituiu Taiwan como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, em 1980 participou do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) e em 2001 tornou-se membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), integrando-se à governança financeira global (Foot, 2010).

A reforma e abertura de 1978 integrou o país na economia mundial capitalista, permitindo à China obter capital estrangeiro, tecnologia, acesso a mercados e outros recursos essenciais para a modernização (Hung, 2018). Após a abertura do país, a China passou por uma rápida industrialização e modernização, alcançando uma taxa de crescimento anual do PIB que chegou até 15% e esteve acima de 6%, entre 1991 e 2015 (World Bank, 2023).

O sistema capitalista global passa por ciclos de prosperidade e crise, com a ascensão, expansão e declínio de hegemonias no Sistema Internacional, cada uma caracterizada por seu próprio padrão de controle (Arrighi, 2008; Wallerstein, 2004). Nos últimos séculos, testemunhamos o colonialismo britânico e o imperialismo estadunidense (Arrighi, 1997). O surgimento da China na economia global é um fenômeno notável do século XXI, reconfigurando as dinâmicas de poder e influência no cenário mundial.

Visando um futuro próspero e o reconhecimento de sua posição no sistema internacional, a China tem participado e criado diversos projetos: BRICS, *Belt and Road Initiative* (BRI), *Regional Comprehensive Economic Partnership* (RCEP), *Asian Infrastructure Investment Bank* (AIIB), *New Development Bank* (NDB) e *Shanghai Cooperation Organisation* (SCO) são apenas alguns deles. A China iniciou essas propostas como uma nova estratégia diplomática para buscar diversos objetivos de política externa, incluindo a defesa da reforma da governança econômica global vigente. Essas iniciativas são promovidas por Pequim fora do sistema econômico global estabelecido, buscando contornar a resistência das potências ocidentais que defendem o *status quo* (Cai, 2023).

A China reconhece que a distribuição internacional de capacidades materiais tem mudado no início do século XXI. Além desta mudança material, a China também percebe o enfraquecimento do papel de liderança tradicional dos EUA e o vácuo deixado na governança global. E, por isso, a China precisa aumentar a sua contribuição para a liderança internacional (Yuyan, Weijiang e Wei, 2020).

A análise dos Planos Quinquenais e dos Relatórios do Congresso do Partido Comunista revela dois pontos. Primeiramente, a China não busca substituir os Estados Unidos como Estado *hegemon* e rejeita a noção de que um país poderoso deve buscar a hegemonia. Em vez disso, a China adotou os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica e considera a promoção da multipolaridade como um dos objetivos estratégicos mais importantes para sua política externa. Também busca estabelecer relações baseadas em benefícios mútuos e cooperação ganha-ganha, com o objetivo de promover a paz e a estabilidade. Em segundo lugar, ao buscar assumir um papel central na política internacional e buscar a realização de uma Comunidade de Destino Comum para a Humanidade na era de Xi Jinping, a China não procura desafiar a ordem internacional, mas sim preservá-la e integrar-se à ela (China, 2006, 2011, 2016, 2021; Jiang, 2002, Hu, 2007, 2012; Xi, 2017, 2022).

Todos os Planos e Relatórios compartilham pontos comuns essenciais. Cada um aborda questões fundamentais relacionadas ao rejuvenescimento ou renovação da nação chinesa. Referem-se ao contexto global em constante mudança e às oportunidades e desafios emergentes para a China. Além disso, enfatizam o desenvolvimento sustentável e uma economia mais verde e inclusiva, o bem-estar tanto da população chinesa quanto da humanidade em geral, bem como a defesa da soberania chinesa, da política de *One Country, Two Systems* e do princípio de *One China* (China, 2006, 2011, 2016, 2021; Jiang, 2002, Hu, 2007, 2012; Xi, 2017, 2022).

Por fim, é interessante notar que a cada Plano e Relatório há mais direcionamentos relacionados com a diplomacia, relações internacionais e capacidade de influência chinesa

na arena internacional. Isso pode ser uma indicação de que a China está dando cada vez mais prioridade para o seu lugar e participação no Sistema Internacional.

**Palavras-chave:** Economia-Mundo Capitalista; Política Externa Chinesa; Planos Quinquenais da China; Relatórios do Congresso do Partido Comunista da China.

**Introdução**

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos (EUA) emergiram no cenário mundial como a principal potência capitalista ocidental. Neste período, os EUA tinham uma economia de guerra altamente industrializada, lideraram a reconstrução de instituições globais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas (GATT) e moldaram o formato liberal da ONU (Satgar, 2020). No entanto, no início da década de 1970, esta prosperidade econômica e moral entrou em crise devido ao declínio das taxas de lucro, resultando em uma crise generalizada de sobreacumulação. Soma-se a isso a derrota militar no Vietnã, um grande golpe para o prestígio e a liderança internacional dos EUA.

Além disso, a emergência da China comunista, a Revolução Cubana, o Movimento dos Não-Alinhados, os movimentos de estudantes, trabalhadores e intelectuais em 1968 na Europa Ocidental, os apelos na Assembleia Geral da ONU por uma nova ordem econômica internacional feitos pelos países recentemente independentes e a pressão dos elevados preços do petróleo todos estes desenvolvimentos enfraqueceram a hegemonia dos EUA (Satgar, 2020). Para Arrighi (2008), a China foi a vencedora da guerra contra o terrorismo e encarna um novo modelo economico autoritário, orientado pelo Estado e com elevadas taxas de crescimento a ser seguido pelos países. Assim, a China pode ser entendida como um candidato à liderança hegemônica da ordem mundial contemporânea.

Leite (2018) destaca a participação da China na economia global, a maior e mais eficiente produção de mercadorias, a inserção internacional pacífica e a intensiva participação do aparelho de Estado chinês no processo de acumulação de capital. Dessa forma, a China tem avançado em direção a um regime de crescimento sustentável e ao desenvolvimento de suas indústrias, buscando expandir continuamente seu poder econômico, político e militar, e, consequentemente, consolidar uma posição cada vez mais relevante no Sistema Internacional.

Hendler (2021) compara a posição dos EUA no pós-guerra com a posição atual da China no sistema internacional, destacando três frentes do imperialismo americano: as ações diplomáticas e militares na América Central, a Doutrina Monroe na América do Sul e a anexação de ilhas estratégicas na Ásia e no Pacífico. Assim como os EUA precisavam de países estáveis e sem protecionismo para crescer economicamente, investindo em fábricas na Europa e Japão, a China hoje busca países que forneçam matérias-primas e absorvam suas manufaturas, especialmente na África e América Latina. Por isso se aproxima da África e América Latina, ambas regiões com países periféricos. Assim, a China é uma periferia para o Norte Global, maximizando os lucros destes e sua competitividade internacional, ao passo em que é um centro para os países do Sul Global, com relações econômicas

favoráveis para o desenvolvimento econômico e tecnológico chinês em detrimento da industrialização de seus parceiros comerciais em desenvolvimento.

Antes da década de 1970 a postura chinesa no cenário internacional era bastante agressiva. A China era cética em relação às instituições de Bretton Woods e à ONU, considerando-as ferramentas de controle imperialista. Porém, buscou reconhecimento internacional ao substituir Taiwan no Conselho de Segurança da ONU em 1971, aderir ao Banco Mundial e FMI em 1980, e integrar-se à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 (Foot, 2010). A reforma e abertura de 1978 inseriu a China na economia mundial capitalista, permitindo acesso a capital estrangeiro, tecnologia e mercados, impulsionando seu rápido crescimento e modernização (Hung, 2018). A economia-mundo capitalista opera em ciclos de ascensão e declínio de hegemonias, como o colonialismo britânico e o imperialismo estadunidense (Arrighi, 1997; Wallerstein, 2004). A ascensão da China reconfigura essas dinâmicas, respondendo ao enfraquecimento da liderança dos EUA e assumindo um papel maior na governança global (Yuyan, Weijiang e Wei, 2020).

A reforma e abertura de 1978 integrou o país na economia mundial capitalista, permitindo à China obter capital estrangeiro, tecnologia, acesso a mercados e outros recursos essenciais para a modernização (Hung, 2018). Após a abertura do país, a China passou por uma rápida industrialização e modernização, alcançando uma taxa de crescimento anual do PIB que chegou até 15% e esteve acima de 6%, entre 1991 e 2015 (World Bank, 2023).

Visando um futuro próspero e o reconhecimento de sua posição no sistema internacional, a China tem participado e criado diversos projetos. Dentre eles o BRICS, a *Belt and Road Initiative* (BRI), a *Regional Comprehensive Economic Partnership* (RCEP), o *Asian Infrastructure Investment Bank* (AIIB), o *New Development Bank* (NDB) e a *Shanghai Cooperation Organisation* (SCO) são apenas alguns deles. A China iniciou essas propostas como uma nova estratégia diplomática para buscar diversos objetivos de política externa, incluindo a defesa da reforma da governança econômica global vigente. Essas iniciativas são promovidas por Pequim fora do sistema econômico global estabelecido, buscando contornar a resistência das potências ocidentais que defendem o *status quo* (Cai, 2023).

Por isso, o trabalho a seguir tem como questão norteadora a seguinte pergunta: como se deu a evolução da política externa chinesa a partir das políticas de reforma e abertura de 1978? Assim, tem-se como objetivo principal verificar quais as principais diretrizes da política externa chinesa. Os objetivos específicos são analisar as mudanças na política externa chinesa e investigar as iniciativas diplomáticas e econômicas lançadas pela China para expandir sua influência global e promover seus interesses nacionais.

Para alcançar tais objetivos, além da revisão bibliográfica, será feita uma análise de conteúdo dos Planos Quinquenais e dos Relatórios do Congresso do Partido Comunista da

China. Os documentos analisados serão aqueles lançados após o ingresso da China na OMC, um marco na ascensão e inserção chinesa na economia internacional.

Diante do cenário de transformações globais marcadas pela crise da hegemonia estadunidense, pela ascensão de novas potências e pela contestação ao modelo de governança ocidental, torna-se relevante investigar o papel crescente da China na reconfiguração das relações internacionais. A ascensão da China após as reformas de 1978 trouxe mudanças ao cenário global, com Pequim ampliando sua influência política e econômica em diversas regiões e promovendo iniciativas institucionais que oferecem alternativas à governança global centrada no Ocidente. Analisar a evolução da política externa chinesa a partir desse marco é essencial para entender as novas dinâmicas de poder que moldam as relações internacionais, como a formação de alianças alternativas e a intensificação da cooperação com o Sul Global.

Assim, o texto a seguir está dividido em duas partes. Primeiramente, será apresentado um panorama histórico de como se deu a inserção internacional da China, destacando os principais projetos e organizações com participação chinesa. Num segundo momento, serão abordados os Planos Quinquenais e Relatórios do Congresso do Partido Comunista da China, a fim de identificar diretrizes e metas da política externa que sustentam essa projeção de poder global.

**Ascensão e iniciativas chinesas na economia-mundo capitalista**

A ascensão chinesa na economia-mundo capitalista começou com o estabelecimento de um sistema socialista pelo Partido Comunista da China (PCC) em 1949, liderado por Mao Zedong. Após a morte de Mao, a China iniciou uma reestruturação sob a liderança de Deng Xiaoping em 1978, introduzindo reformas econômicas que priorizavam a abertura ao mercado e a integração ao comércio internacional. Essa nova abordagem permitiu à China obter capital estrangeiro, tecnologia e acesso a mercados, impulsionando sua ascensão global.

Em 1971, a China substituiu Taiwan como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, com apoio importante dos países africanos na Assembleia Geral. Em 1979, formalizou sua posição como beneficiária de ajuda externa ao assinar um acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e em 1980, aderiu ao FMI e ao Banco Mundial. Isso permitiu à China obter empréstimos significativos para financiar seu desenvolvimento, transformando-a em um dos principais beneficiários de ajuda internacional na década de 1980. A entrada no Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) em 1986 e na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 reforçou ainda mais sua integração na governança financeira global.

As reformas econômicas iniciadas em 1978 marcaram um ponto crucial na política da China, promovendo a abertura ao mundo e a integração na economia mundial capitalista, permitindo à China obter capital estrangeiro, tecnologia, acesso a mercados e outros recursos essenciais para a modernização. Essas reformas revitalizaram o empresariado rural como resposta à estagnação da acumulação primitiva socialista (Hung, 2018). Como resultado, a taxa de crescimento anual do PIB chegou até 15%, embora o crescimento tenha desacelerado nos últimos anos (World Bank, 2023).

No entanto, essas reformas enfrentaram sérias crises no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, como hiperinflação e déficits no balanço de pagamentos. Para lidar com esses problemas, o PCC foi forçado a adotar um modelo de desenvolvimento orientado para a exportação. Esse processo resultou numa migração significativa de trabalhadores rurais para as zonas costeiras de processamento de exportações, o que estabeleceu uma conexão sólida entre a China e a ordem global de livre comércio. A China rapidamente se consolidou como um centro de produção global, atraindo empregos de manufatura de todo o mundo, e passou a ser conhecida como a "fábrica do mundo" (Hung, 2018).

No início dos anos 2000, a economia chinesa já era uma das mais fortes do mundo e, em 2010, alcança o posto de segunda maior economia mundial. A participação chinesa nas instituições internacionais, em especial FMI, Banco Mundial e OMC, foi fundamental para o sucesso do milagre econômico e o fortalecimento do poder chinês. Conforme observado por Vadell, Ramos e Neves (2016, p. 67), "a China transitou de uma posição periférica para o epicentro do sistema econômico global, provocando uma mudança geográfica no centro do processo de acumulação capitalista global". Essa ascensão é em grande parte atribuída à crescente assertividade de sua política externa, especialmente desde a ascensão de Xi Jinping.

Pennaforte, Schierholt e Benjamin (2022) apontam que, sob a liderança de Xi Jinping, a China utiliza seu poder econômico crescente para proteger seus interesses nacionais, promover segurança interna e alcançar um desenvolvimento pacífico. Esses objetivos fundamentam sua política externa, com a China buscando criar um ambiente internacional favorável por meio de iniciativas e outras organizações multilaterais, em colaboração com países do Sul Global. A estratégia chinesa envolve múltiplas frentes de interação internacional, priorizando o desenvolvimento da periferia da economia-mundo capitalista e reforçando seu papel de destaque em cada plataforma, visando um futuro próspero e o reconhecimento global de sua posição.

O AIIB, criado em 2015 com mais de 50 países membros, é um dos principais símbolos da política externa assertiva da China, destacando-se pela sua criação sem a participação dos Estados Unidos e Japão. O objetivo do banco é financiar a expansão dos investimentos chineses na Ásia, especialmente para aumentar a capacidade produtiva e

melhorar a conectividade regional. A criação do AIIB reflete a estratégia da China para preencher a lacuna de financiamento em projetos de infraestrutura na Ásia, promovendo o crescimento econômico e a integração regional. Essa iniciativa, juntamente com outras, contribui para reforçar a imagem da China como uma potência econômica global e evidencia sua intenção de fortalecer a política econômica externa (Hooijmaaijers, 2021). O AIIB se destaca como o primeiro banco de desenvolvimento de grande porte fora do eixo ocidental. Juntamente com o Banco de Desenvolvimento da China (CDB), o Banco de Desenvolvimento China-África (CADB) e o *New Development Bank* (NDB), o AIIB faz parte de uma ordem financeira-econômica internacional que oferece novos espaços para a cooperação econômica.

A BRI, lançada em 2013, destaca-se como o projeto mais ambicioso da China devido ao seu investimento massivo, foco em infraestrutura e abrangência geográfica. Ela visa promover o comércio, investimentos, intercâmbio cultural e cooperação em áreas como infraestrutura, energia, transporte e telecomunicações, conectando a China a diversas regiões, incluindo Europa, Ásia Central, Sudeste Asiático, Oriente Médio e África. Em 2019, a BRI abrangia cerca de 65% da população global, metade do PIB mundial, 75% dos recursos energéticos e 25% do comércio internacional (Deutsche Bank, 2019). Até 2023, 151 países haviam assinado acordos de cooperação com a China (Nedopil, 2023).

Além de seus objetivos econômicos, a BRI também possui objetivos geopolíticos, como aumentar a influência chinesa no Mar do Sul da China e controlar rotas estratégicas como o estreito de Malaca (Hendler e Nogueira, 2016). A BRI fortalece os vínculos econômicos entre os países participantes, dificultando a oposição a reivindicações chinesas, e pode aumentar a dependência de países periféricos da China, dificultando a contestação às suas políticas (Stuenkel, 2018). Em um contexto global multipolar, a BRI busca promover a globalização econômica, a diversidade cultural e a integração de mercados, sendo uma ferramenta importante para a cooperação econômica global (China, 2015).

Para a China, o BRICS é um instrumento importante em sua busca por se tornar uma potência global e reformar o sistema internacional de forma mais justa, alinhado aos seus interesses. A percepção chinesa é de que esses interesses coincidem com os de outros grandes países não-ocidentais que também consideram o sistema internacional injusto, tornando essa posição mais coletiva do que egoísta. Para promover mudanças, a China acredita em uma evolução gradual, por meio de negociações e persuasão, em vez de uma revolução (Lukin e Xuesong, 2019).

A RCEP chama atenção pela amplitude geográfica e potencial econômico. Assinado em 2020, o acordo envolve quinze países da Ásia e Pacífico, responsáveis por quase 30% do PIB mundial e cerca de 1/3 da população global. As negociações começaram em 2012, com dez dos membros já sendo parceiros na ASEAN (Associação de Nações do Sudeste

Asiático), incluindo países como Indonésia, Filipinas e Vietnã. Além disso, a RCEP incorporou outros cinco países: Austrália, China, Japão, Nova Zelândia e República da Coreia. A Índia participou das negociações até 2019, quando se retirou devido a divergências sobre a liberalização comercial de setores industriais (Schimanski, 2021).

O principal objetivo da RCEP é promover a cooperação econômica e facilitar o comércio e o investimento entre os membros, visando o crescimento econômico e o desenvolvimento regional. O acordo busca reduzir barreiras comerciais, simplificar procedimentos aduaneiros e promover a maior integração econômica, criando oportunidades tanto para empresas quanto para pessoas. Além disso, a RCEP fortalece um sistema comercial multilateral baseado em regras comuns, promovendo transparência, previsibilidade e equidade no comércio internacional. Um aspecto notável é que a RCEP é o primeiro acordo de livre comércio entre China, Japão e Coreia do Sul, as três maiores economias asiáticas, puxando o centro de gravidade da economia mundial para a Ásia (RCEP, 2020).

O NDB, criado pelos países do BRICS em 2014, tem como objetivo financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em mercados emergentes. O banco é uma resposta direta à dominação das instituições financeiras internacionais tradicionais, como o FMI e o Banco Mundial, que são amplamente influenciadas pelas potências ocidentais (Lu e Liu, 2018). O NDB reflete o esforço dos países membros para criar uma alternativa de financiamento mais alinhada às necessidades dos países em desenvolvimento, com um enfoque em projetos de grande escala, especialmente em áreas como energia, transporte e infraestrutura urbana. Com a China liderando as iniciativas dentro do BRICS, o NDB se torna um componente crucial da estratégia chinesa para reformar a governança econômica global e promover um sistema financeiro mais inclusivo e multipolar.

A Organização de Cooperação de Xangai (SCO), por sua vez, é uma organização intergovernamental formada em 2001, inicialmente com a China, Rússia e várias ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central. Seu foco é a segurança regional, estabilidade política e a promoção de uma cooperação econômica e cultural entre os membros. Embora o foco principal da SCO seja a segurança, especialmente em questões de combate ao terrorismo e narcotráfico, a organização também tem promovido iniciativas econômicas, como o desenvolvimento de infraestruturas transnacionais, e uma maior integração econômica entre os países da Ásia Central e seus vizinhos (Xue e Makengo, 2021). A SCO, sob a liderança da China, se tornou uma plataforma para que a China exerça sua crescente influência geopolítica e econômica na Ásia.

Em suma, o desenvolvimento da China trouxe um enorme choque e tornou a ordem mundial cada vez mais complexa. Em termos de relações externas, a China parece ter duas prioridades. Em primeiro lugar, o estabelecimento de uma nova relação de poder importante

baseada no respeito mútuo, nos benefícios mútuos e na cooperação vantajosa para ambas as partes. Esta é uma nova forma de lidar com conflitos e contradições entre países emergentes e potências existentes. A segunda prioridade envolve a criação de um ambiente periférico estável. A instabilidade periférica ainda é uma ameaça à segurança da China.

**Conceitos, Planos Quinquenais e Relatórios do Congresso do Partido Comunista**

Deng Xiaoping implementou a chamada *Estratégia dos 24 Caracteres*, que preconizava uma abordagem cautelosa e discreta, enfatizando paciência e aguardando o momento adequado para a ação, uma postura *low profile* nas relações internacionais. Jiang Zemin continuou as reformas econômicas, enfatizando a modernização e a abertura do país. Em 2001, com a política de *going out*, a China incentivou o comércio, os investimentos externos e a internacionalização de suas empresas, além de ingressar na Organização Mundial do Comércio (OMC), o que facilitou sua integração na economia global e impulsionou seu crescimento econômico. Quando Hu Jintao assumiu o governo, o termo "ascensão pacífica" foi introduzido para descrever a estratégia da China de alcançar status de potência global sem confronto militar. No entanto, para evitar que "ascensão" sugerisse ambições de supremacia, o termo foi substituído por "desenvolvimento pacífico", um conceito mais neutro, que enfatizava o foco no progresso econômico e social. Durante esse período, também foi introduzido o conceito de "mundo harmonioso", pautado pelos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, que reforçavam o compromisso com a cooperação e a paz internacionais.

Essa transição terminológica reflete uma estratégia cuidadosa para moldar uma imagem internacional que minimizasse percepções de ameaça e promovesse a cooperação. O desenvolvimento pacífico visava tranquilizar a comunidade internacional e destacar a busca por crescimento interno, estabilidade e parcerias, evitando qualquer indicação de aspirações hegemônicas. Hu Jintao (2007) também enfatizou a cooperação de benefício mútuo, alinhando os interesses chineses à prosperidade comum.

A partir da década de 2000, as bases da política de desenvolvimento econômico e social chinesa foram redefinidas, passando de *enriquecer primeiro* para *prosperidade comum*, conforme sintetizado no 11º Plano Quinquenal de 2006 (China, 2006). Hu (2007) enfatizou a cooperação de benefício mútuo como um dos princípios centrais do Desenvolvimento Pacífico chinês, alinhando os interesses chineses com a *prosperidade comum* de outros países. Surgiram várias organizações e programas regionais no início da década, visando promover a ajuda e a cooperação econômica, incluindo o Fórum de Cooperação China-África (criado em 2000), o Fórum de Cooperação Econômica e Comercial China-Caribe (2003), o Fórum de Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (2003), o Fórum China-Estados Árabes Fórum de

Cooperação (2004) e Desenvolvimento Econômico China-Países Insulares do Pacífico (2006). No período de 2000 a 2008, observou-se uma maturação nas estratégias adotadas pela China, visando expandir seu mercado interno, internacionalizar suas empresas, investir em nações do Sul Global, adotar a coexistência pacífica como base para o desenvolvimento e aprimorar sua base industrial e tecnológica doméstica.

Com Xi Jinping, a China introduziu o conceito de "Sonho Chinês" e adotou um tom mais assertivo na política externa. Sem abrir mão da retórica do desenvolvimento pacífico, a política externa chinesa passou a adotar o conceito de *striving for achievement*, caracterizando a busca da China por uma posição de destaque e prosperidade global. Essa postura mais assertiva parece refletir o desejo de Xi de que o crescimento chinês beneficie também os países aliados.

O "Sonho Chinês" envolve o "rejuvenescimento da nação" (Xi, 2017, 2022), um projeto que visa recuperar a grandeza histórica da China e, simbolicamente, lembrar o status de centralidade que o país ocupava no antigo Império Celestial, quando seus vizinhos reconheciam a influência cultural e econômica da China. Essa visão é parte do projeto de consolidar a posição da China como uma potência global proeminente e servir de modelo alternativo de desenvolvimento para outros países. Nesse sentido, para cumprir com essa visão, é necessário que ocorra a manutenção da liderança do Partido Comunista Chinês, uma abordagem centrada nas pessoas para melhorar as condições de vida e ambientais, a promoção da reunificação nacional e o avanço da construção de uma comunidade de destino compartilhado para a humanidade.

Embora a China busque o rejuvenescimento nacional, que envolve fortalecer sua economia, defesa e liderança tecnológica, Xi (2017, 2022), rejeita explicitamente ambições hegemônicas, destacando o compromisso da China com o multilateralismo e a coexistência pacífica, enfatizando que o país não tem intenção de intimidar ou dominar outras nações, especialmente seus vizinhos. Contudo, ao mesmo tempo, Xi reconhece que a China já alcançou uma posição de liderança global e que o socialismo com características chinesas oferece um novo modelo de desenvolvimento para outros países em desenvolvimento, como alternativa ao capitalismo. Esse “Sonho Chinês” implica fortalecer a China a ponto de se tornar uma potência dominante, mas dentro de uma “Nova Era” de socialismo que busca superar o capitalismo em termos de desenvolvimento e modernização (Xi, 2017). Assim, a China apresenta-se como uma líder potencial para países que procuram alternativas ao modelo ocidental, enquanto procura manter a narrativa de uma ascensão não-hegemônica.

Para que se possa compreender melhor a política externa chinesa, a seguir é apresentado o Quadro 1, no qual são indicados as principais diretrizes para a política externa chinesa nos documentos oficiais do governo. Adota-se como marco temporal o ingresso chinês na OMC, essencial para impulsionar seu crescimento econômico acelerado,

aumentando suas exportações, atraindo investimentos, modernizando sua economia e elevando sua posição e influência na economia global (Sachs e Woo, 2003). O 10º Plano Quinquenal fica de fora da análise pois ele é oficialmente adotado pelo governo em março de 2001, enquanto a entrada da China na OMC acontece em dezembro do mesmo ano.

**Quadro 1 – Diretrizes de política externa nos Planos Quinquenais e Relatórios do Congresso do Partido Comunista da China (2001-2022)**

| | **Diretrizes** |
|---|---|
| **Relatório de Jiang Zemin no 16º Congresso do Partido Comunista da China (2002)** | Atuação ativa na diplomacia multilateral, na ONU e outras organizações internacionais;<br>Apoiar outros países em desenvolvimento;<br>Aumentar a força global e a competitividade internacional chinesa;<br>Desenvolvimento Pacífico e benefício mútuo;<br>Alcançar uma política externa independente, pacífica e promover o desenvolvimento comum;<br>Opor-se à formação de hegemonias;<br>Promover um uma ordem internacional política e econômica justa e racional;<br>Proteção da economia, direitos, interesses e soberania chinesas;<br>Promover a reforma e abertura, em resposta à globalização econômica e à entrada chinesa na OMC;<br>Reformas na governança global;<br>*One Country, Two Systems;* |
| **11º Plano Quinquenal (2006-2010)** | Sistema legal socialista com características chinesas;<br>Perspectiva Científica sobre o Desenvolvimento;<br>Aprofundamento da reforma e abertura;<br>Construção de uma sociedade harmoniosa;<br>Energia verde;<br>Implementar a Estratégia *Go-Out*; |
| **Relatório de Hu Jintao no 17º Congresso do Partido Comunista da China (2007)** | Respeito à Carta da ONU;<br>Desenvolvimento Pacífico e benefício mútuo;<br>Aprofundar a reforma e abertura;<br>Fortalecer as trocas culturais para aumentar a influencia da cultura chinesa no mundo;<br>Acomodar os interesses de outros países, especialmente dos em desenvolvimento, na política internacional;<br>Participação ativa nos assuntos multilaterais, assumindo obrigações e promovendo uma ordem internacional mais justa e equitativa;<br>Proteção da economia, direitos, interesses e soberania chinesas;<br>*One Country, Two Systems;* |

| | |
|---|---|
| **12º Plano Quinquenal (2011-2015)** | Socialismo com características chinesas;<br>Perspectiva Científica sobre o Desenvolvimento;<br>Aprofundamento da reforma e abertura;<br>Adaptação às mudanças na situação nacional e internacional;<br>Consolidação dos progressos alcançados no combate a crise financeira global;<br>Busca pelo desenvolvimento verde;<br>Implementação de uma estratégia de abertura mutuamente benéfica e cooperação com a comunidade internacional para responder aos desafios globais. |
| **Relatório de Hu Jintao no 18º Congresso do Partido Comunista da China (2012)** | Apoiar a ONU, o G20, a OCX, o BRICS e outras organizações multilaterais;<br>Aumentar a força global e a competitividade internacional da cultura chinesa;<br>Desenvolvimento Pacífico e benefício mútuo;<br>Cooperação bilateral, multilateral, regional e sub-regional;<br>China como parceiro de outros países em desenvolvimento;<br>Participação ativa nas relações internacionais;<br>Tornar a ordem e o Sistema Internacional mais justos e equitativos;<br>Proteção da economia, direitos, interesses e soberania chinesas;<br>Reformas na governança global, garantia de maior representação e poder de decisão para a China nos assuntos internacionais;<br>*One Country, Two Systems;* |
| **13º Plano Quinquenal (2016-2020)** | Socialismo com características chinesas para uma Nova Era;<br>Perspectiva Científica sobre o Desenvolvimento;<br>Aprofundamento da reforma e abertura;<br>Adaptação às mudanças na situação nacional e internacional;<br>Resposta às consequências da crise financeira global;<br>Busca pelo desenvolvimento verde;<br>Implementação de uma estratégia de abertura mutuamente benéfica e cooperação com a comunidade internacional para responder aos desafios globais;<br>Sonho Chinês de rejuvenescimento da nação. |
| **Relatório de Xi Jinping no 19º Congresso do Partido Comunista da China (2017)** | Apoiar a ONU no desempenho de um papel ativo nos assuntos internacionais;<br>Apoiar os esforços de outros países em desenvolvimento para aumentar sua representação e voz nos assuntos internacionais;<br>Aumentar a força global e a competitividade internacional da cultura chinesa;<br>Desenvolvimento Pacífico e benefício mútuo;<br>Diplomacia com características chinesas;<br>Comunidade com Futuro Compartilhado para a Humanidade;<br>Não promoção da hegemonia;<br>Aumentar a assistência a outros países em desenvolvimento, especialmente aos menos desenvolvidos; |

| | |
|---|---|
| | Priorizar a BRI e dar ênfase tanto em “bringing in” quanto “going global”;<br>Igualdade e democracia entre todos os países;<br>*One Country, Two Systems;* |
| **14º Plano Quinquenal (2021-2025)** | Socialismo com características chinesas para uma Nova Era;<br>Perspectiva Científica sobre o Desenvolvimento;<br>Aprofundamento da reforma e abertura;<br>Objetivos de Longo Prazo para 2035;<br>Busca pelo desenvolvimento verde;<br>Implementação de uma estratégia de abertura mutuamente benéfica e cooperação com a comunidade internacional para responder aos desafios globais;<br>Sonho Chinês de rejuvenescimento da nação. |
| **Relatório de Xi Jinping no 20º Congresso do Partido Comunista da China (2022)** | Apoiar o papel da ONU nos assuntos internacionais;<br>Aumentar a força global e a competitividade internacional da cultura chinesa;<br>Desenvolvimento Pacífico e benefício mútuo;<br>Diplomacia com características chinesas;<br>Comunidade com Futuro Compartilhado para a Humanidade;<br>Não importa o estágio de desenvolvimento que atinja, a China nunca procurará a hegemonia;<br>Investimento de mais recursos na cooperação global para o desenvolvimento e apoiar outros países em desenvolvimento;<br>Participação ativa na reforma e desenvolvimento da governança global;<br>*One Country, Two Systems;* |

Fonte: elaborado pela autora com base em China (2006, 2011, 2016, 2021), Jiang (2002), Hu (2007, 2012) e Xi (2017, 2022).

Arrighi (2008) destaca a conexão histórica da China e seu sistema sinocêntrico com uma ordem pacífica, que durou 500 anos. Esse sistema foi baseado em alta centralização e baixa competição entre estados, promovendo um modelo de acumulação sem despojar ninguém, incentivando a reforma agrária, ocupação do campo e infraestrutura para garantir a soberania territorial. No século XXI, a China enfrenta uma escolha: imitar o modelo dos Estados Unidos, com sua riqueza desigual e capitalismo oligárquico, ou criar um padrão de riqueza mais democrático. A segunda opção envolve a reinvenção do sistema sinocêntrico, combinado com ideias socialistas e aspectos do sistema mundial moderno. Esse modelo poderia criar uma alternativa original, centrada na competição em vez do monopólio privado. A base para isso seria a forte regulação do Estado chinês sobre o mercado, a grande classe trabalhadora urbana e camponesa, e as lutas anti-imperialistas contra os EUA. As crescentes desigualdades nos EUA e Europa fortaleceriam a resistência anti-imperialista, enfraquecendo a ideia de um império global.

A China está bem ciente do fato de que a distribuição internacional de capacidades materiais tem vindo a mudar dramaticamente no início do século XXI e que as mudanças subjacentes que testemunhamos agora são profundas (Hu, 2012; Xi, 2017, 2022). A análise dos Planos Quinquenais e dos Relatórios do Congresso do Partido Comunista revela dois pontos cruciais. Primeiramente, é notável que a China não busca substituir os Estados Unidos como Estado hegemônico global e rejeita explicitamente a noção de que um país, ao se tornar poderoso, deve automaticamente buscar hegemonia (Jiang, 200); Xi, 2017, 2022). Em vez disso, a China adotou os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica e considera a promoção da multipolaridade como um dos objetivos estratégicos mais importantes em suas relações internacionais. Em um mundo caracterizado pela multipolaridade em vez de hegemonia, a China busca estabelecer relações de longo prazo com todas as grandes potências, baseadas em benefícios mútuos e cooperação ganha-ganha, com o objetivo de promover a paz internacional e a estabilidade (Jiang, 2002; Hu, 2007, 2012; Xi, 2017, 2022).

Em segundo lugar, à medida que a China passou de uma política de modéstia, desde a era de Deng Xiaoping, para assumir um papel central na política internacional e buscar a realização de uma comunidade de destino comum para a humanidade na era de Xi Jinping (Xi, 2017, 2022), torna-se evidente que a China não procura desafiar a ordem internacional existente, mas sim preservá-la e acelerar sua integração com ela.

Os Planos e Relatórios compartilham pontos comuns essenciais. Referem-se ao contexto global em constante mudança e às oportunidades e desafios emergentes para a China. Além disso, enfatizam o desenvolvimento sustentável e uma economia mais verde e inclusiva, o bem-estar tanto da população chinesa quanto da humanidade em geral, bem como a defesa da soberania chinesa, da política de *One Country, Two Systems* e do princípio de *One China* (China, 2006, 2011, 2016, 2021; Jiang (2002), Hu (2007, 2012) e Xi (2017, 2022). Estes dois últimos reforçam a primazia da China pela proteção da soberania e não interferência.

Muitos aspectos são identificados por suas características chinesas, desde o socialismo com características chinesas (China, 2011, 2016, 2021; Jiang, 2002; Hu, 2007; 2012; Xi, 2017, 2022), poder e relações militares com características chinesas (China, 2006, 2016; Jiang, 2002; Hu, 2007, 2012; Xi, 2017), diplomacia com características chinesas (Xi, 2017, 2022), urbanização com características chinesas (Jiang, 2002) e inovação com características chinesas (Hu, 2007). Ao fazer isso, o PCC deixa claro que o modo como alcança o desenvolvimento e se relaciona com o mundo não segue o modelo de outros países – principalmente, não identifica-se com o modelo Ocidental.

À medida que a China ascendeu ao *status* de potência global, assumiu a liderança na promoção de várias novas iniciativas institucionais multilaterais. Algumas delas são organizações intergovernamentais formais, outras são clubes, fóruns ou plataformas

informais. Coletivamente, isto sugere que a China já não se contenta em aderir à ordem global existente, mas está construindo sua própria infraestrutura multilateral. Assim, a ascensão da China ao status de potência tem implicações abrangentes para a governança global.

A China e outros países em desenvolvimento questionam o domínio contínuo das potências ocidentais na ordem internacional liberal devido à falta de representatividade e legitimidade dessas regras e regulamentos. Essas normas foram estabelecidas sem a participação significativa dos países em desenvolvimento, refletindo predominantemente os interesses do Ocidente. Esse déficit de legitimidade é uma preocupação compartilhada por muitos países, que buscam reformar a ordem internacional para refletir melhor o equilíbrio de poder atual e os interesses das nações em desenvolvimento, fortalecendo assim a legitimidade dos acordos existentes.

**Considerações finais**

Desde as reformas de 1978, a China adota um modelo de inserção gradual na economia-mundo capitalista, inicialmente focado em reformar sua base produtiva e fortalecer a economia doméstica, para posteriormente expandir sua influência global. À medida que a hegemonia estadunidense mostrava sinais de esgotamento, a China moldou sua política externa de forma a maximizar oportunidades dentro da ordem econômica estabelecida. Sua entrada na OMC marcou um ponto de inflexão nesse processo, permitindo à China intensificar sua participação no comércio mundial e consolidar-se como uma potência produtiva e exportadora.

As diretrizes da política externa chinesa evoluíram, passando de uma estratégia de desenvolvimento e estabilidade interna para uma abordagem mais ambiciosa e globalmente orientada. Iniciativas como a BRI e AIIB indicam um esforço de criar estruturas alternativas de integração econômica e financiar infraestrutura, especialmente nas regiões periféricas. Essas iniciativas não apenas consolidam a presença chinesa, mas também são componentes de uma estratégia de longo prazo para a construção de um modelo de desenvolvimento distinto e alinhado aos interesses chineses.

A evolução da política externa chinesa reflete uma adaptação cuidadosa às condições do sistema-mundo. Dessa forma, a pesquisa conclui que a política externa da China, ao longo das décadas, evoluiu de uma estratégia de auto-preservação e fortalecimento econômico interno para uma política ambiciosa e multifacetada, em que o país busca expandir sua influência global de maneira cooperativa e diplomática. O avanço da política externa chinesa não apenas tem reforçado seus interesses nacionais, mas também tem desempenhado um papel significativo na redefinição das relações de poder e influência no sistema internacional.

**Referências**

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. Boitempo Editorial, 2008.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. A ascensão chinesa e a economia-mundo capitalista: uma perspectiva histórica. In: MUSSE, Ricardo (org.). **China contemporânea**: seis interpretações. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 9-40.

CAI, Kevin G. China's Initiatives: A Bypassing Strategy for the Reform of Global Economic Governance. **Chinese Political Science Review**, v. 8, n. 1, p. 1-17, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s41111-022-00215-7. Acesso em 04 mar. 2023.

CHINA. **11th Five-Year Plan (2006-2010) for National Economic and Social Development of the People's Republic of China**. Pequim, 2006. Disponível em: https://policy.asiapacificenergy.org/sites/default/files/11th%20Five-Year%20Plan%20%282006-2010%29%20for%20National%20Economic%20and%20Social%20Development%20%28EN%29.pdf. Acesso em: 10 fev. 2024.

CHINA. **12th Five-Year Plan (2011-2015) for National Economic and Social Development of the People's Republic of China**. Pequim, 2011. Disponível em: https://policy.asiapacificenergy.org/sites/default/files/12th%20Five-Year%20Plan%20%282011-2015%29%20for%20National%20Economic%20and%20Social%20Development%20%28EN%29.pdf. Acesso em: 10 fev. 2024.

CHINA. **Vision And Actions On Jointly Building Silk Road Economic Belt And 21st-Century Maritime Silk Road**. National Development And Reform Commission. 2015. Disponível em: https://eng.yidaiyilu.gov.cn/p/1084.html. Acesso em: 01 ago. 2023.

CHINA. **13th Five-Year (2016-2020) Plan for Economic and Social Development of the People's Republic of China**. Pequim, 2016. Disponível em: https://en.ndrc.gov.cn/policies/202105/P020210527785800103339.pdf. Acesso em: 10 fev. 2024.

CHINA. **14th Five-Year (2021-2025) Plan for Economic and Social Development and 2035 Long-Term Objectives**. Pequim, 2021. Disponível em: https://climate-laws.org/documents/outline-of-the-people-s-republic-of-china-14th-five-year-plan-for-national-economic-and-social-development-and-long-range-objectives-for-2035_f77e?id=14th-five-year-plan_0496. Acesso em: 10 fev. 2024.

FOOT, Rosemary. O poder chinês e a ideia de um país responsável. In: SPEKTOR, Matias; NEDAL, Dani (org.). **O que a China quer?** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 6-32.

GRACHIKOV, Evgeny; XU, Haiyan. China and the International System: The Formation of a Chinese Model of World Order. **International Organisations Research Journal**, v. 17, n 1, 2022, p. 7-24. Disponível em: https://iorj.hse.ru/en/2022-17-1/580937210.html. Acesso em: 02 mar. 2024.

HENDLER, Bruno. A crise de hegemonia e rivalidade EUA-China. In: MUSSE, Ricardo (Org.). **China contemporânea**: seis interpretações. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 95-127.

HENDLER, Bruno; NOGUEIRA, Isabela. O Sudeste Asiático entre Estados Unidos e China: "arquipélago de economias de mercado" ou palco da competição interestatal capitalista? **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, 2016, p. 199-221. Disponível em:

https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/489/334. Acesso em: 24 jul. 2023.

HOOIJMAAIJERS, Bas. Understanding Success and Failure in Establishing New Multilateral Development Banks: The SCO Development Bank, the NDB, and the AIIB. **Asian Perspective** 45, no. 2 (2021): 445-467. Disponível em: https://doi.org/10.1353/apr.2021.0008. Acesso em: 02 mar. 2024.

HU, Jintao. **Hold High the Great Banner of Socialism with Chinese Characteristics and Strive for New Victories in Building a Moderately Prosperous Society in all Respects**. Report to the Seventeenth National Congress of the Communist Party of China on Oct. 15, 2007. Disponível em: http://np.china-embassy.gov.cn/eng/Features/200711/t20071104_1579245.htm. Acesso em: 10 fev. 2024.

HU, Jintao. **Firmly March on the Path of Socialism with Chinese Characteristics and Strive to Complete the Building of a Moderately Prosperous Society in all Respects**. Report to the Eighteenth National Congress of the Communist Party of China on November 8, 2012. Disponível em: http://np.china-embassy.gov.cn/eng/Diplomacy/201211/t20121118_1586373.htm. Acesso em: 10 fev. 2024.

HUNG, Ho-Fung. A ascensão da China, a Ásia e o Sul Global. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, n. 1, p. 1-26, jan./abr. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rec/a/PjqLzbVDgwYQsQDKLxsQQPj/?lang=pt. Acesso em: 05 set. 2022.

JIANG, Zemin. **Full Text of Jiang Zemin's Report at the 16th Party Congress**. Report to the Sixteenth National Congress of the Communist Party of China on November 8, 2002. Disponível em: http://www.china.org.cn/english/2002/Nov/49107.htm. Acesso em: 10 fev. 2024.

LEITE, Alexandre César Cunha. O atual momento do desenvolvimento chinês: planejamento regional, investimento e comércio internacional. In: VADELL, Javier (Org.). **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018. p. 259-283.

LU, Haibin; LIU, Zhonghua. China's Role in the New Development Bank: The BRICS and Reform of the Global Financial System. **Asian Economic Policy Review**, v. 13, n. 1, p. 124-143, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1111/aepr.12223. Acesso em: 04 mar. 2023.

LUKIN, Alexander; XUESONG, Fan. What is BRICS for China? **Strategic Analysis**, v. 43, n. 6, p. 620-631, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1080/09700161.2019.1669896. Acesso em: 04 mar. 2023.

NEDOPIL, Christoph. **Countries of the Belt and Road Initiative**. Green Finance & Development Center, FISF Fudan University, Shanghai, 2023. Disponível em: https://greenfdc.org/countries-of-the-belt-and-road-initiative-bri/. Acesso em: 10 maio 2024.

PENNAFORTE, Charles; SCHIERHOLT, Kassia; BENJAMIN, Henrique. La era de Xi Jinping y las distintas caras del proyecto geopolítico chino en el sistema-mundo contemporáneo: algunas percepciones. **Revista Política Internacional**, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 53-64, 2022. Disponível em: https://rpi.isri.cu/rpi/article/view/297. Acesso em: 02 jun. 2023.

RCEP. Regional Comprehensive Economic Partnership Agreement. **Legal Text**. 2020. Disponível em: https://rcepsec.org/legal-text/. Acesso em: 20 jul. 2023.

SACHS, Jeffrey D.; WOO, Wing Thye. China's economic growth after WTO membership. **Journal of Chinese Economic and Business Studies**, v. 1, n. 1, p. 1–31, jan. 2003. Disponível em: https://doi.org/10.1080/1476528032000039721. Acesso em: Acesso em: 04 mar. 2023.

SATGAR, Vishwas. Old and new imperialism: the end of US domination?. **Democratic Marxism Series**, p. 1, 2020. Disponível em: https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/22401/9781776145768_WEB.pdf?sequence=1&is#page=16. Acesso em: 04 mar. 2023.

SCHIMANSKI, Silvana. Integração econômica regional: Um olhar sobre a Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP): Regional economic integration: a look at the regional comprehensive economic partnership: RCEP. **Revista Intellector** - ISSN 1807-1260 - [CENEGRI], [S. l.], v. 18, n. 35, p. 58–71, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5516642. Disponível em: http://www.revistaintellector.cenegri.org.br/index.php/intellector/article/view/354. Acesso em: 4 jul. 2023.

STUENKEL, Oliver. **O mundo pós-ocidental**: potências emergentes e a nova ordem global. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

VADELL, Javier; RAMOS, Leonardo; NEVES, Pedro. As implicações internacionais do modelo chinês de desenvolvimento do Sul Global: Consenso Asiático como network power. In: LIMA, Marcos Costa (Org.). **Perspectivas Asiáticas**. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2016. p. 67-90.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-systems analysis**: an introduction. Durham: Duke University Press, 2004.

WORLD BANK. **GDP growth (annual %) - China**. 2023. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2022&locations=CN&start=1978. Acesso em: 04 mar. 2023.

XI, Jinping. **Secure a Decisive Victory in Building a Moderately Prosperous Society in All Respects and Strive for the Great Success of Socialism with Chinese Characteristics for a New Era**. Report to the Nineteenth National Congress of the Communist Party of China on October 18, 2017. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/download/Xi_Jinping's_report_at_19th_CPC_National_Congress.pdf. Acesso em: 10 fev. 2024.

XI, Jinping. **Hold High the Great Banner of Socialism with Chinese Characteristics and Strive in Unity to Build a Modern Socialist Country in All Respects**. Report to the Twentieth National Congress of the Communist Party of China on October 16, 2022. Disponível em: http://my.china-embassy.gov.cn/eng/zgxw/202210/t20221026_10792358.htm. Acesso em: 10 fev. 2024.

XUE, Yamei; MAKENGO, Benjamin Mwadi. Twenty years of the Shanghai Cooperation Organization: Achievements, challenges and prospects. **Open Journal of Social Sciences**, v. 9, n. 10, p. 184-200, 2021. Disponível em: https://www.scirp.org/journal/paperinformation?paperid=112637. Acesso em: 10 mar. 2024.

YUYAN, Zhang; WEIJIANG, Feng; WEI, Liu. China's International Strategic Environment. In: HU BING, GAO ZHENG, TAO MENGYING, WANG MENGHAN, et al. **The Jingshan Report**: Opening China's Financial Sector, 25–50. ANU Press, 2020. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/j.ctvxrpxnf.5. Acesso em: 04 mar. 2024.